

**AgInt nos EDcl nos EDcl no AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº  
1.082.690 - SP (2017/0078930-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**  
**AGRAVANTE** : FRANCESCO SAPORITO  
**AGRAVANTE** : LEONOR FAUSTINO SAPORITO  
**ADVOGADO** : LEONOR FAUSTINO SAPORITO (EM CAUSA PRÓPRIA) E  
OUTROS - SP067679  
**AGRAVADO** : ALBERTO ZUZZI  
**AGRAVADO** : LINA PARTICIPACOES E ADMINISTRACAO LTDA  
**ADVOGADO** : PAULO ROBERTO ALMEIDA RAMPIM E OUTRO(S) - SP140719

**EMENTA**

AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRADO INTERNO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. AGRADO DE INSTRUMENTO. AÇÃO REIVINDICATÓRIA. MATÉRIA QUE DEMANDA REEXAME DE FATOS E PROVAS. SÚMULA 7 DO STJ. FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO NÃO IMPUGNADO.

1. Não se viabiliza o recurso especial pela indicada violação do art. 1.022 do CPC/2015. Isso porque, embora rejeitados os embargos de declaração, todas as matérias foram devidamente enfrentada pelo Tribunal de origem, que emitiu pronunciamento de forma fundamentada, ainda que em sentido contrário à pretensão da parte recorrente.

2. O v. acórdão recorrido está assentado em mais de um fundamento suficiente para mantê-lo e o recorrente não cuidou de impugnar todos eles, como seria de rigor. A subsistência de fundamento inatacado apto a manter a conclusão do aresto impugnado impõe o não-conhecimento da pretensão recursal, a teor do entendimento disposto na Súmula nº 283/STF: “É inadmissível o recurso extraordinário quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles.”.

3. O Tribunal de origem, amparado no acervo fático - probatório dos autos, concluiu que: "Nem se alegue, no mais, que o Dr. José de Campos Camargo Junior, subscritor da petição de fls. 105, agiu com excesso de poderes. A fotocópia do instrumento de procuração de fls. 35, outorgado pelo agravado Francesco, é clara ao indicar que a existência de poderes para “desistir, transigir, firmar compromissos ou acordos” (fls. 35). Ainda que não anotada a referida extensão no que toca ao instrumento outorgado pela agravada (fls. 178), nada autoriza o reconhecimento de que mencionado patrono agiu de forma incorreta, principalmente se admitida a existência de mesmo interesse entre os agravados.". Nesse contexto, para se desconstituir

as premissas adotadas pela Corte de origem, seria necessário reexaminar o contexto fático probatório dos autos, providência incabível em sede de recurso especial, a teor do que dispõe a Súmula 7/STJ.

4. Agravo interno não provido.

### **ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, os Ministros da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça acordam, por unanimidade, negar provimento ao agravo interno, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Raul Araújo, Maria Isabel Gallotti, Antonio Carlos Ferreira (Presidente) e Marco Buzzi votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019(Data do Julgamento)

**MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**

Relator